

A TEMÁTICA INDÍGENA NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DIAGNÓSTICA.

Fabricio Adriano¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo perceber como a temática da história indígena está inserida no currículo escolar dos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais. Para dar conta de tal objetivo realizou-se uma atividade diagnóstica com os alunos do Nono Ano da Escola de Ensino Fundamental Clara Donner, localizada no município de Timbó em Santa Catarina. Também fez parte do diagnóstico as observações em torno da coleção didática Historiar de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, publicada pela Editora Saraiva em 2015. Partindo destas observações procuramos avaliar as representações que os alunos e a coleção didática observada fazem das comunidades indígenas. Neste processo nosso trabalho foi pautado nas seguintes questões; Onde estão as lideranças indígenas nos materiais didáticos? O livro didático e os alunos consideram a diversidade dos povos indígenas, ou reforçam a concepção de que indígena é tudo igual? O indígena é representado como primitivo e atrasado? O indígena aparece congelado no tempo, sendo discutido apenas nos referenciais históricos da colonização do Brasil? O material didático traz textos que dão conta do protagonismo indígena no processo de narrativa da própria história? As referidas questões surgiram nas aulas da disciplina de História Indígena ministradas pela professora Luisa Witimann no Mestrado Profissional em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Palavras Chaves: História indígena. Ensino fundamental. Livro didático. Representação.

INTRODUÇÃO

Uma turma de alunos do Nono Ano do Ensino Fundamental analisou um conjunto de doze imagens vinculadas a temática indígena. No processo de seleção das imagens buscou-se contemplar imagens que comumente aparecem nos materiais didáticos, como a imagem A Primeira Missa, pintura de Victor Meirelles (1861), e uma pintura de Jean-Baptiste Debret. Imagens vinculadas a manifestações dos indígenas. Imagens de crianças e adolescentes indígenas. Uma imagem representava um grupo indígena norte-americano e simbolizava uma possibilidade de representação perpetuada, principalmente, nos veículos de comunicação televisivos e cinematográficos. Imagens de indígenas inseridos no contexto tecnológico e

¹ Mestrando na linha de pesquisa Narrativas Históricas: Produção e Difusão do Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistoria, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Especialista em História Social e Ensino pela Universidade do Estado de Santa Catarina -UDESC. Licenciado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Atua como professor na Rede Pública do Estado de Santa Catarina. E-mail: fadriano.blu@gmail.com.br

imagem de indígenas desenvolvendo profissões de destaque na cultura dos brancos, como a medicina e a política, também estavam presentes no exercício.

Partindo da observação destas imagens os alunos deveriam escolher três, que na sua perspectiva, mais representassem as comunidades indígenas brasileiras e três que menos representassem. As escolhas deveriam ser justificadas por escrito pelos alunos. Destaca-se ainda que o professor não deveria interferir na escolha, como por exemplo, realizando previamente falas que poderiam levar os alunos a escolherem determinadas imagens. Os alunos deveriam contar apenas com seus conhecimentos para realizar a escolha.

No caso da coleção didática, ela foi selecionada por se tratar de uma coleção com a qual os alunos da Escola de Ensino Fundamental Clara Donner trabalham. Os critérios de análise da coleção foram desenvolvidos a partir das discussões realizadas em sala, na disciplina de História Indígena da turma dois do Mestrado Profissional em História, ministrada pela professora Luisa Witimann.

OBSERVAÇÕES EM TORNO DA ATIVIDADE DIAGNÓSTICO DESENVOLVIDA COM OS ALUNOS

Estamos cientes de que ao buscarmos uma imagem que representasse todos os indígenas poderíamos cair em generalizações, contribuindo assim para omitir a grande diversidade destes povos, nosso objetivo foi o de buscar uma primeira ideia, ou aquela mais presente na cabeça dos alunos, quando o assunto era povos indígenas do Brasil. A partir deste primeiro diagnóstico o professor teria condições de trabalhar as concepções equivocadas apresentadas pelos alunos, se elas assim fossem diagnosticadas.

Apresentamos primeiro as porcentagens obtidas pelas escolhas que caracterizam os povos indígenas do Brasil. A imagem dois, uma foto dos índios Sioux Norte Americanos, obteve cinquenta e seis por cento dos votos e foi a mais votada pelos alunos, acompanhada da imagem oito, que representava o quadro A Primeira Missa, pintura de Victor Meirelles (1861), com quarenta e sete por cento dos votos, e das imagens seis e onze, representando crianças indígenas em uma canoa e uma cena das olimpíadas indígenas respectivamente, que ficaram empatadas com trinta e nove por cento dos votos.

As escolhas feitas pelos alunos evidenciam, em um primeiro momento, uma visão estereotipada, marcada pelas representações imagéticas que aparecem nos livros didáticos e pelas representações cinematográficas e televisivas sobre estes povos.

Ficou evidente, após a aplicação desta atividade, que muitos alunos entenderam que a representação referia-se aquilo que é imaginado pelo senso comum. Poderíamos concluir com isto que houve uma falha na elaboração da pergunta do exercício. Se os alunos tivessem um esclarecimento prévio sobre o conceito de representação, teríamos partido da seguinte definição:

As representações do mundo social (...), são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Partindo da definição de Chartier poderíamos afirmar que os alunos avaliados tinham dimensão desta concepção da representação, enquanto forjada e manipulada por determinados grupos. Ao mesmo tempo em que demonstraram compreender esta concepção, não conseguiram superá-la.

No caso das imagens que menos representavam os indígenas brasileiros a imagem um, grupo de rap indígena, recebeu a maioria dos votos, setenta e oito por cento, seguida pela imagem doze, índio fazendo uso do computador, com sessenta por cento dos votos, e pela imagem nove, médico indígena, com quarenta e três por cento dos votos.

É difícil discutir a noção de representação em nosso cotidiano, cristalizamos o representado em um passado estático imutável, talvez por medo de perder a representação. Conforme Wittmann (2015, p.15); “A ideia de que índios deixam de ser índios quando usam roupas e têm acesso à internet, por exemplo, parte desse mesmo pressuposto de que a cultura indígena é – ou deve ser – imutável.” Ainda de acordo com a autora; “Há uma dificuldade notável em entender as transformações ocorridas nas sociedades indígenas.” (WITTMANN, 2015, p.15)

Conforme Bittencourt (201e, p. 106 a 128), no período Monárquico da história brasileira os indígenas eram concebidos como selvagens. Durante o século XIX ao indígena é conferido o papel de representante da identidade nacional. Na literatura e nas artes, o indígena passa a ser exacerbado em suas características heroicas e de ligação perfeita com a natureza. Já no começo do século XX e, conseqüentemente da República, os intelectuais brasileiros passam a defender a ideia da democracia racial, neste sentido, a riqueza do povo estava

vinculada justamente a existência da pluralidade racial do território brasileiro. Outros intelectuais, como Silvio Romero e Afonso Celso, passam a associar ao discurso da democracia racial a miscigenação dos grupos, defendendo que esta prática era algo bom para o país. Com a entrada no Brasil das concepções marxistas a representação que os teóricos passam a fazer dos indígenas brasileiros está diretamente associada aos “males” do capitalismo. Neste sentido as comunidades indígenas são as primeiras vítimas deste sistema. A partir do trabalho de Bittencourt fica evidente que é possível historicizar as imagens construídas sobre os povos indígenas, também é possível identificar os grupos envolvidos na criação e manipulação destas formas de representação. O papel do professor de história, neste caso, é o de trabalhar com os alunos este processo. Não cabe a ele apenas o relato dos fatos já consolidados.

O LIVRO DIDÁTICO E A TEMÁTICA INDÍGENA

Realizamos a análise do livro didático através da observação dos quatro volumes que compõem a coleção Historiar de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. Palavras ou expressões como índio, indígena, primeiros povos do Brasil ou da América, nomes de povos nativos, colonização do Brasil, os resultados da conquista, avanço da colonização para o interior do território, foram os guias neste primeiro momento da análise. Quando nos deparávamos com estas expressões partíamos então para a análise através das seguintes questões; Onde estão as lideranças indígenas nos materiais didáticos? O livro trata da diversidade dos povos indígenas, ou reforça a concepção de que indígena é tudo igual? O indígena é representado no material como primitivo e atrasado? O indígena aparece congelado no tempo, sendo discutido apenas nos capítulos que tratam do início da colonização do Brasil? Outras formas de concepção de tempo e conseqüentemente da história são apresentadas pelo livro para que os alunos possam entender a história indígena dentro de outras concepções, fora da eurocêntrica? O material traz textos que dão conta do protagonismo indígena no processo de narrativa da própria história? Qual é o lugar em que vivem os indígenas no espaço brasileiro? Eles estão condenados a desaparecer?

No **volume um, correspondente ao sexto ano**, os autores iniciam as discussões sobre a caracterização da ciência histórica. Para isto trabalham com a definição de tempo, de narrativa, de personagem e de fonte histórica. Na página dezesseis já aparece uma atividade com dados referentes a cultura indígena. Enquanto na página trinta, ao se referir ao trabalho

com fontes históricas, os autores destacam a produção realizada pelo Projeto Vídeo nas Aldeias.

Quanto a estes aspectos algumas considerações podem ser feitas ao abordamos os sujeitos da história, ou os personagens que fazem a história. Mais do que afirmar que ela é construída por todos e é narrada de diferentes formas podemos discutir o protagonismo que determinados temas ou personagens tem em contraposição ao menor espaço que cabe a outros. Precisamos incluir a temática indígena através das narrativas dos próprios indígenas. Quando trata das ações efetivas para a implantação da Lei nº 11.645/2008 o texto das Diretrizes Operacionais afirma que; “Uma de suas demandas é a de que os próprios indígenas assumam o protagonismo de falar sobre suas histórias e culturas.” (DIRETRIZES OPERACIONAIS, 2015, p. 7) A coleção didática faz um esforço neste sentido, mas ainda traz estas narrativas em pequenos textos complementares, ou seja, o indígena ainda não é o autor principal, continua sendo coadjuvante.

Se no que diz respeito as fontes históricas o debate em torno das populações ágrafas já avançou bastante, e é utilizado pelos autores para ilustrar a temática no trabalho, as concepções diferentes de tempo ainda são pouco exploradas. A própria estrutura temporal dos livros didáticos deveria ser alterada, tendo em vista que determinadas concepções temporais inviabilizam determinadas abordagem sobre os povos indígenas, africanos e asiáticos.

Entender que existem outras possibilidades de relação com o tempo é abrir espaço para novas abordagens sobre estas populações. O combate em relação a noções equivocadas em torno do atraso evolutivo das populações indígenas passa necessariamente pela ressignificação da concepção de tempo. Aqui vale a pena destacarmos que, por mais que a Lei nº 11.645/2008 signifique um avanço, é preciso reformular determinadas concepções historiográficas para melhor trabalharmos a temática indígena. Mais do que formar professores que saibam determinados assuntos sobre as populações indígenas, a universidade precisa investir na formação de professores dispostos a reformular as concepções historiográficas para que outras formas de leitura da história se tornem possíveis. Para Wittmann (2015, p.17);

Na escrita da Nova História Indígena, busca-se levar em conta a perspectiva dos próprios indígenas e colocar em cena suas interpretações da história, visto que durante muito tempo os pesquisadores se detiveram apenas nos

discursos e nas práticas sobre eles, ou mesmo não reconheciam sua historicidade.

Ainda no que diz respeito ao primeiro volume, quando o livro traz as imagens de diferentes crianças nas escolas para apresentar a diversidade, ou as diferentes formas de construção de narrativas, e estas imagens são bastante comuns nos livros didáticos, poderíamos discutir os significados da educação indígena. Como ela ocorre? Quais os impactos do processo de escolarização nas aldeias? Somente através destas perguntas já poderíamos aprofundar os estudos em torno de conceitos como memória, representação, educação, disputas sociais.

Ao abordar os primeiros povoadores do Brasil, o livro dá amplo destaque aos sítios arqueológicos, aos pesquisadores e a algumas culturas. A obra não estabelece as conexões entre os primeiros povoadores do território e as populações indígenas. Saímos desta temática e vamos direto para os indígenas do processo colonizador. Fica evidente que falta um elo de ligação na estrutura desta narrativa. Afinal, os guaranis, por exemplo, são descendentes dos povos dos sambaquis, ou de qualquer outra população encontrada e estudada nos sítios arqueológicos do Brasil?

A própria origem etimológica das palavras, ligadas as nomenclaturas dos povos indígenas, para muitos estudiosos são equivocadas. Muitas obras didáticas, incluindo a analisada, se esforçam por traçar a origem dos termos e seus significados, mas cometem ainda muitos equívocos. Só para termos um exemplo, para Wittmann (2015, p.16); “A denominação “tapuia” não é expressão designativa de uma etnia, pois incluía dezenas de grupos indígenas em uma palavra de origem tupi que alguns afirmam significar “inimigo”.

No **volume dois, que corresponde ao sétimo ano**, o período temporal abordado é a Idade Moderna e, por consequência, a Colonização do Brasil. É o volume que mais aborda a temática indígena. No sumário, ainda que timidamente, a temática indígena aparece diretamente nos títulos como Tupis- Guaranis (termo equivocado), indígenas no Brasil ontem e hoje, trabalho escravo indígena. Para Bittencourt (2013, p. 101);

Os povos indígenas se inserem em tópicos da fase denominada Colonização, sendo que, nos períodos posteriores a constituição do estado nacional desaparecem de cena. No entanto, apesar do esquecimento dos indígenas em vários outros momentos da história, pode-se constatar, por intermédio da documentação escolar, tratar-se de um tema integrado a uma certa tradição no ensino de história.

A afirmação da autora pode ser comprovado pelo fato de que ao longo da coleção a temática indígena não voltou a receber tratamento tão destacado.

Nos capítulos nove, dez, onze e doze o indígena é abordado em subtítulos sobre o trabalho, meio ambiente, religião e conquista. A associação da temática a estes títulos por si só já caracteriza uma concepção de história limitante para as populações indígenas já que representa somente a perspectiva branca, europeia sobre a narrativa. Para Wittmann (2015, p.10); “A história do contato foi e é muito mais interessante. Podemos recontá-la reconstruindo conflitos, diálogos, tensões e negociações. Uma história na qual os índios são protagonistas, percorrem caminhos que eles mesmos construíram.”

No capítulo quinze os povos indígenas voltam a ser mencionados quando os autores discutem sobre os Bandeirantes. A narrativa que se constitui é de povos derrotados, seja pela escravização, ou pela aproximação aos homens brancos.

Na página cento e vinte os autores trazem um recorte da carta de Pero Vaz de Caminha. O documento é apresentado como texto complementar, a partir dele propõe-se um exercício de interpretação. No entanto, o exercício não propõe-se a discutir a forma romantizada como o autor da carta descreve estas populações, os alunos devem avaliar os **interesses** dos portugueses nas terras e em seus habitantes, sugere a atividade em anexo ao texto. Mais uma vez simplesmente valoriza-se a ação do dominador sobre o dominado, entendido como vítima da história.

No capítulo oito aborda-se os Povos das Américas. No mapa que trata da distribuição dos povos indígenas no Brasil do século XVI os autores fazem referência a diversidade destes povos, mas ao longo do capítulo são abordados apenas aqueles nomeados como Tupis-guaranis. Por que não trazer textos que abordassem aspectos específicos dos demais povos indígenas? Nesse sentido, também, é interessante perceber que os autores explicam as origens e os equívocos em torno da nomenclatura Tapuia, mas não conseguiram reconhecer o mesmo equívoco na expressão Tupis-guaranis.

Nos textos complementares do capítulo oito são apresentadas informações sobre a cultura do cacau e da mandioca estes cultivos são resultados da “contribuição” indígena. É importante notar que quando abordamos os povos europeus não falamos em “contribuição,” este povos são caracterizados como sendo a própria história. Na página cento e quarenta e três um exercício ilustra as técnicas de traçado tupi utilizadas na confecção de cestos, no entanto,

o exercício não tem a intenção de discutir a técnica, busca apresentar a cultura vislumbrada no artesanato. Hora, quando falamos da invenção do arado não o tratamos como um artesanato desenvolvido por algumas populações da Europa.

No capítulo nove aborda-se os impactos da conquista do território brasileiro, dar-se mais uma vez destaque a superioridade europeia através das armas, das doenças (parece que até neste caso os europeus eram superiores), do trabalho forçado e escravo, da dominação cultural. Para Pimentel (2012, p.16);

A verdade é que essa carência (de tecnologias, de instituições), sempre imaginada pelos europeus, acabou sendo pensada como uma questão de tempo, como se o encontro com os indígenas fosse um encontro com o próprio passado da humanidade, antes que ela evoluísse e inventasse coisas como as roupas ou o Estado.

Ao tratarmos a temática indígena através da perspectiva europeia vamos sempre considerar o indígena inferior. Tratando da relação entre indígenas e jesuítas, uma imagem na página cento e quarenta e nove², esclarece bem a concepção da obra. Nela, o indígena, em seu “traje de gala”, aparece cercado por padres jesuítas e, vislumbrado, acompanha a cena. Isto ajuda a criar uma imagem equivocada do período, na medida em que, traz a ideia de que os jesuítas eram maioria, enquanto na verdade eram os indígenas, e também a concepção de que os indígenas simplesmente se submeteram aos jesuítas, como se tivessem sido dominados por seus poderes religiosos. Na página cento e oitenta volta-se a tratar da relação entre o jesuítas e os indígenas, mais uma vez evidencia-se a doutrinação religiosa e cultural que contribuiu para a dizimação das populações indígenas. Na página duzentos e quarenta e um, em um texto com o subtítulo jesuítas e indígenas, esta forma de interpretação é repetida.

Ainda ao abordar os impactos da conquista, ao falar dos significados deste processo para os europeus, estes são pensados somente a partir dos benefícios que trouxeram para o colonizador.

Neste mesmo capítulo os autores problematizam a diversidade e a distribuição das populações indígenas no território brasileiro. No entanto, não discutem sobre o aumento desta população, nem tem a preocupação de desconstruir o senso comum de que a maioria dos povos indígenas vive na Floresta Amazônica. Isto poderia ajudar os alunos em suas reflexões

² A obra é *A Adoração dos Magos*, atribuída a Vasco Fernandes, feita entre 1501 e 1506.

sobre o exercício proposto pelos autores na página cento e cinquenta em que abordam este assunto. Para Pimentel (2012, p.55);

Mais da metade dos indígenas não está na Amazônia. (...) Dos Estados com maior população indígena (...) três não estão na Amazônia: Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco. Noventa e oito por cento dos 112,6 milhões de hectares reconhecidos como terras indígenas não estão na Amazônia.

Wittmann (2015, p. 9) reforça esta argumentação; “Não é de se espantar que ainda se pense que os índios estão desaparecendo, ou mesmo que eles só podem ser assim denominados se estiverem vivendo nus no interior da floresta.”

No final deste capítulo aparecem dois textos complementares. Um sobre a arte Kusiwa³, um bom texto, e outro sobre o dia do índio. Este segundo texto intitula-se; “Dia do índio: o que não fazer.”⁴ A proposta de discussão é extremamente interessante, o texto é ilustrado com uma foto de Josinaldo da Silva, o primeiro indígena a se formar em medicina pela Universidade de Brasília (UNB). O texto critica o fato de o indígena trabalhado em sala de aula nesta data ser aquele indígena de 1500 congelado no tempo, mas o próprio significado do dia 19 de abril, como sendo um dia de sofrimento para muitas populações indígenas, não é discutido. É interessante notar que na página seguinte aparece um texto discutindo os protestos indígenas na ocasião da comemoração dos quinhentos anos do Brasil, onde destaca-se que os indígenas negaram-se a participar das comemorações. A ideia central deste texto poderia servir de base para a discussão em torno do dia 19 de abril.

No capítulo dez a temática abordada é o meio ambiente e a colonização. Apresenta-se a destruição da mata atlântica feita através do escambo com o índio. O capítulo, apesar de ser bem intencionado, é pouco explorado. Existe um receio de colocar o indígena como aquele que alterou a paisagem natural, mesmo antes da chegada do europeu, apesar do texto fazer referência a obra de Warren Dean, defensor desta interpretação. Pimentel afirma que;

A imagem da floresta como algo “intocado” fica cada vez mais insustentável. Tudo indica que muito do que vemos como “paisagens naturais” está profundamente ligado a ação humana. Para onde se

³ O texto intitula-se Arte Kusiwa. A referência é apresentada pelo livro na pág. 153 e transcrita a seguir. IPHAN. Expressão gráfica e oralidade entre os Kusiwa do Amapá. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. Disponível em: <www.apina.org.br>. Acesso em: 7 de maio de 2015.

⁴ A referência é apresentada pelo livro na pág. 154 e transcrita a seguir. <www.indioeduca.org/?p=1935>. Acesso em: 9 fev. de 2015.

mudassem os grupos indígenas carregavam com si suas sementes, espalhando as árvores frutíferas de sua predileção. A floresta é cultural. (2012, p.76)

A questão abordada poderia ser; qual o papel das populações indígenas na alteração da paisagem natural? Não podemos valorizar apenas a concepção romântica, que traz o indígena como totalmente integrado a natureza. Isto inviabiliza a compreensão de suas técnicas, favorece a noção de povos selvagens e primitivos.

Na página cento e oitenta e quatro dois parágrafos são dedicados as religiões indígenas, o título é escrito no plural, mas o texto não trata desta pluralidade, focando apenas em práticas que denomina como comuns a vários grupos. Dar-se como exemplos os povos que entraram em contato com os colonos europeus e passaram a cultuar as *Santidades*. Os autores descrevem as *Santidades* como sendo uma cerimônia tradicional dos tupis, não abordam o sincretismo religioso, nem as especificidades religiosas dos diferentes grupos indígenas.

Na folha cento e noventa e seis os autores discutem o trabalho escravo indígena. Além do trabalho escravo, destaca-se que os indígenas eram úteis aos portugueses porque tinham conhecimentos sobre as plantas, fibras e madeiras que interessavam a colonização, além de serem fundamentais na extração das drogas do sertão. Mesmo que de forma simples o protagonismo indígena é expresso no momento em que estes são entendidos como detentores de conhecimentos fundamentais aos portugueses, mesmo que estes conhecimentos se refiram apenas a utilidade das coisas.

Quando tratam da temática da escravidão negra os autores não a contrapõem a inadequação do indígena para o trabalho. O texto investe na concepção que traz o tráfico negreiro como um grande mercado para os portugueses. Esta forma de abordar a escravidão negra tira do indígena o estereótipo de “inadequado”, endossado em muitas obras com o adjetivo indolente e no senso comum transformado em “preguiçoso”.

Ao abordar a invasão holandesa os autores novamente destacam a atuação dos povos indígenas na batalha contra os holandeses, neste momento apresentam a figura do indígena Felipe Camarão que comandou o exército na Primeira batalha dos Guararapes, juntamente com sua esposa Clara Felipe Camarão, recebendo o título de capitão-mor de todos os indígenas do Brasil.

Na página duzentos e trinta e nove os autores relatam o significado das monções, mas aqui não é feita nenhuma menção as populações indígenas. No livro *Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda, encontramos diversas referências ao protagonismo indígena neste processo.

É inevitável que nesse processo de adaptação, o indígena se torne o seu principal iniciador e guia. A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço, o senso topográfico levado aos extremos; a familiaridade quase que instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminhantes, nessas veredas estreitas e rudimentares. (HOLANDA, 2014, p.43)

Estas informações poderiam ser utilizadas na exposição didática do texto com o objetivo de destacar a ação indígena no processo de interiorização da colonização, não somente de forma vitimada, como aqueles povos que foram dizimados ou feitos de escravos.

No **volume três, correspondente ao oitavo ano**, os indígenas aparecem em um título do sumário onde lê-se “Os indígenas como símbolo nacional”. O texto destaca o trabalho realizado por políticos artistas e intelectuais ao longo do século XIX com o objetivo de transformar o índio em um representante da identidade brasileira. O indígena é visto de forma romantizada como “bom selvagem,” os autores fazem uma crítica a isto. Para Bittencourt (2013, p. 102);

Os povos indígenas foram, dentro da história cuja matriz era o princípio da nacionalidade brasileira, relegados ao esquecimento logo após a chegada dos europeus, entendendo-se a história do Brasil como a chegada dos portugueses, concebidos como povos cristãos, portadores da civilização.

Quando o assunto é a Guerra do Paraguai a participação indígena não é abordada. No entanto, o conteúdo precisa ser desenvolvido pelos professores. A participação indígena nos combates, em ambos os lados da guerra, foi destaque e ainda permanece viva na memória destes povos. Silva (2015, p.29), ao estudar o povo Kadiwéu, afirma que;

Para muitos Kadiwéu que vivem atualmente em Mato Grosso do Sul, especialmente entre os mais velhos, existe a ideia de que a Guerra do Paraguai prossegue para além de seus territórios até os dias de hoje, como se o conflito jamais tivesse terminado. De fato, para esses índios, a qualquer

momento os valentes guerreiros poderão ser chamados novamente a lutar em defesa do território brasileiro e contra invasões em suas terras.

No **volume quatro, correspondente ao nono ano**, não temos nenhum conteúdo que trate especificamente dos povos indígenas. Na página noventa e cinco aparece um texto intitulado, “Os Indígenas,” que relata o processo de criação do SPI, (Serviço de Proteção ao Índio), e da atuação de Candido Rondon em defesa dos indígenas durante a Primeira República. No capítulo intitulado, “Democracia e Populismo,” uma foto retrata o Parque Nacional do Xingu, criado durante o governo de Jânio Quadros. A imagem poderia ser utilizada para abordar os conceitos vinculados aos territórios indígenas, tendo em vista que este é um dos problemas contemporâneos do espaço Brasileiro. Só para termos uma noção das possibilidades de trabalho, poderíamos começar com as definições em torno dos conceitos de *terra indígena* e *reserva indígena*. “Terra indígena é quando a terra sempre esteve habitada por indígenas, ao contrário de reserva, que é terra comprada.” (MONGELO, 2015, p. 46) Outro conceito a ser discutido poderia ser o de *território*. “Território não é apenas o espaço físico habitado por grupos humanos, mas também as representações simbólicas a ele relacionadas.” (SERPA, 2015, p. 27)

O volume ainda trata da participação dos indígenas nas lutas contemporâneas, em prol de uma sociedade democrática. Isto está presente em um texto na página duzentos e sessenta e três. Na página duzentos e cinquenta e seis uma foto chama a atenção ao retratar um grupo de indígenas assistindo os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1988.⁵

Neste volume, dedicado a história contemporânea, a temática indígena poderia ser trabalhada através da interpretação das constituições nacionais observando como os indígenas são tratados em referidos documentos. Poderia se abordar do mesmo modo, as representações feitas destes povos no começo da república, os indígenas durante a ditadura militar e as lutas contemporâneas. Pimentel (2012, p.7), ao tratar dos povos indígenas durante a ditadura militar, afirma que; “No final de 1970, quando a ditadura militar agonizava com greves e protestos pelos país, surgiram, Brasil afora, várias organizações indígenas, ou seja, grupos que se propunham a apoiar as lutas dos grupos indígenas pelos seus direitos.”

No manual do professor destacasse um texto com orientações para o trabalho com a história indígena com recortes da constituição de 1988 e da Lei nº 11.645/2008. Em um

⁵ A foto pode ser observada em < <https://www.socioambiental.org/pt-br/isa-em-imagens/imagens-historicas> > Acesso em oito de maio de 2017.

quadro os autores destacam como a temática indígena aparece nos volumes do sexto ao nono ano. E sugerem a leitura da tese de John Manuel Monteiro, Tupis, Tapuias e historiadores, como leitura complementar. Fica evidente aqui a necessidade de esclarecer e reforçar os itens relacionados diretamente aos critérios de seleção da obra por parte do MEC. Segundo Wittmann et al. (2016, p.9);

O quadro sugerido para análise das obras indica que os conteúdos referentes História da África, dos afrodescendentes e dos indígenas, presentes nos livros didáticos inseridos no PNLD 2012, apesar de aprovados, estão entre os temas pior classificados, já que na maioria das coleções estão representados com as cores mais claras, ou seja, adequados porém longe do ideal.

Os textos da coleção fazem referência a páginas da web como o socioambiental, exploram e referenciam o projeto Vídeos nas Aldeias. Estas referências tem-se consolidado como fundamentais nas abordagens sobre os povos indígenas. Conclui-se que a coleção explora a temática indígena, dialoga com vários de seus referências mas; “O fato de estarem presentes nos livros, (...), não garante que a abordagem das temáticas seja adequada. (WITTMANN et al., 2016, p.8)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o artigo nossa proposta não foi estabelecer julgamentos, nem durante a análise do material produzido pelos alunos, nem durante as observações do livro didático. O objetivo aqui não era simplesmente identificar o certo e o errado. Nossa proposta era a de sugerir novos caminhos a partir de uma realidade diagnosticada. Neste sentido, ficou evidente algumas falhas da proposta, como no caso do conceito de representação trabalhado na atividade desenvolvida com os alunos. Algumas características podem não ter sido percebidas devido ao fato dos quatro volumes da coleção didática não terem sido lidos em sua integralidade.

Quanto aos destaques das percepções, ficou evidente que os alunos ainda vinculam a imagem do indígena ao passado e ao estereótipo daquele que vive na mata. Eles entendem e respeitam a ideia de que possam existir outros modos de vida dos povos indígenas, mas na opinião dos estudantes estes outros modos de vida não servem para efetivamente representar as populações indígenas. Outro aspecto interessante está na própria palavra *índio*, comumente utilizada pelos alunos para designarem de forma equivocada os povos indígenas. Como foi

sugerido ao longo do texto, é preciso que os professores realizem um trabalho para superar esta visão, não somente em relação aos alunos, mas também em relação a si próprios. De acordo com as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica;

A inclusão da temática da história e da cultura indígenas nos currículos objetiva promover a formação de cidadãos atuantes e conscientes do caráter pluriétnico da sociedade brasileira, contribuindo para o fortalecimento de relações Inter étnicas positivas entre os diferentes grupos étnicos e raciais e a convivência democrática, marcada por conhecimento mútuo, aceitação de diferenças e diálogo entre as culturas. (2015, p. 6)

Quanto a coleção didática é destaque o esforço dos autores para adequar a obra as novas exigências da Lei nº 11.645/2008. É também evidente que precisamos superar a simples lógica de adequação a lei e possamos tratar da temática indígenas nos livros a partir de seu protagonismo e atualidade. Desta forma os livros irão contribuir para a reconfiguração desta temática para alunos e professores.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos.** In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 101 – 132.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COTRIM, Gilberto, RODRIGUES, Jaime. **Historiar.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei no 11.645/2008. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 9 de maio de 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** 4ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MONGELO, Joana Vangelista. **OKOTEVE JA VY'A Educação escolar indígena e educação indígena Contrastes, conflitos e necessidades.** Florianópolis, SC, 2013.

PIMENTEL, Spensy. **O Índio que mora na nossa cabeça: sobre a dificuldade para entender os povos indígenas**. São Paulo: Prumo, 2012.

"Povos Indígenas: conhecer para valorizar". Material produzido pelo Museu do Índio/FUNAI e Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em 2011. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=MwMEuK-DfEw> **Acesso em:** 05/05/2017 as 17:00 horas.

SERPA, Ivan Carlos. **Os Índios Xokleng Em Santa Catarina: uma abordagem a partir da relação pesquisa, ensino e extensão no Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: IFC, 2015.

SILVA, Giovani José da. **Ensino de História Indígena**. In: WITTMANN, Luisa Tombini. (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

WITTMANN, Luisa Tombini. (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

_____ et al. **Avanços e desafios no ensino de história africana, afro-brasileira e indígena: dispositivos legais, livros didáticos e formação docente**. 2016. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/36102> > Acesso em: 12 de maio de 2017.